



## **Contribuições do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da Universidade Federal Rural de Pernambuco para a formação do/a novo/a extensionista rural**

Maria Sarah Cordeiro Vidal<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Bacharela em Engenharia Agrônoma, mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE), graduanda em Licenciatura em Ciências Agrícolas (LCA/UFRPE), todos pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: [sarahvidal@yahoo.com.br](mailto:sarahvidal@yahoo.com.br).

**Resumo:** Com o propósito de reconhecer a importância do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LCA) na formação do/a técnico/a para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), apontada pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), apresento neste texto experiências e reflexões sobre a formação de educadores/as formais e não formais desenvolvida pela LCA, que traduzem estratégias necessárias para o reconhecimento e a composição dos saberes dos povos rurais na construção do desenvolvimento rural, cuja base científica é a agroecologia.

**Palavras-chave:** Educação; Extensão Rural; Diversidade; Agroecologia.

### **1. Introdução**

Como Agrônoma, Mestra em Extensão Rural e estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LCA) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), descrevo neste trabalho a minha compreensão sobre a contribuição do curso de LCA na formação do/a Extensionista Rural na perspectiva da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), reconhecendo o/a extensionista como um/a educador/a não-formal. Nesse sentido, a partir dos fundamentos que permeiam a PNATER e do atual contexto da Licenciatura em Ciências Agrícolas e os seus processos pedagógicos para a formação de educadores/as, tentarei refletir sobre o aporte deste curso para o desenvolvimento de uma ATER que atenda aos princípios da PNATER.



Para ilustrar a reflexão pretendida, apresentarei a experiência vivenciada com o Povo de Terreiro<sup>1</sup> na Jornada do Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena em Pernambuco, realizada em Recife/PE, em 2014, com o tema “Povos de Pernambuco – Diversidade, Território e Soberania Alimentar”. A jornada teve grande contribuição do Curso de LCA no esforço de revelar e discutir a cultura local por meio de processos de aprendizagem extraclasse que buscam visibilizar os aspectos culturais da população do campo pernambucano.

Esse contexto fortalece o sentimento que já havia em mim, de que o bacharelado, tão pouco o mestrado, me muniram de conhecimentos que dessem conta da compreensão dos processos educativos necessários para que se estabeleça uma relação de ensino-aprendizagem para a construção do conhecimento, no contexto da diversidade cultural do nosso rural e das recentes Políticas Públicas para o campo e que encontram seu fundamento na agroecologia.

## **2. Descrição e reflexão sobre a experiência**

Segundo Tavares de Lima (2015, p. 4-8), a Licenciatura em Ciências Agrícolas foi criada em 13 de julho de 1970, sob o contexto do Golpe Militar de 1964 e de significativo aumento de Escolas Agrotécnicas no país, com expressiva demanda de profissionais, das Ciências Agrárias, habilitados/as nas licenciaturas e programas que dessem conta da capacitação da população rural, a serviço da modernização agrícola orientada pela Revolução Verde. Dois momentos ao longo da história do Curso de LCA foram significativos para o processo de permanente reflexão e reinvenção do mesmo. O primeiro se deu em 2004 quando se define que o seu objetivo é “formar educadores que contribuam com práticas educativas para ampliar os conhecimentos e estabelecimento de uma

---

<sup>1</sup> Povo de Terreiro, segundo Silveira (2016), é o “conjunto de mulheres e homens vivenciadores de Matriz Africana e Afro-Umbandistas, que foram submetidos, compulsoriamente, ao processo de desterritorialização, bem como de desenraizamento material e simbólico, [...], de várias partes do continente africano, cuja visão de mundo não maniqueísta e/ou dicotomizada e por conta do rigor teórico da oralidade, resignificaram, na dispersão pelas Américas, sua cosmovisão de forma amalgamada devido aos elementos culturais invariantes, onde operam, portanto, um ‘ativo interculturalismo’ que se (re)territorializou geograficamente, sob os fundamentos da xenofilia em que se consubstanciou toda uma dinâmica intercultural e transcultural”.



convivência sustentável do homem com a natureza”, orientando que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ter o compromisso com a formação de educadores para atuar na educação formal e não-formal, a partir dos princípios da educação do campo, da agricultura camponesa e da agroecologia (UFRPE, 2004).

O segundo momento ocorre em 2014, quando se inicia a discussão sobre a sua reformulação curricular, pontuando a necessidade de escutar os/as educadores/as, educandos/as do ensino formal e não-formal, agricultores/as e camponeses/as representativos/as do rural pernambucano, considerando as atuais políticas públicas que interferem na educação e no campo (UFRPE, 2016). Essa reflexão coletiva, em curso, já aponta para um currículo que prepare profissionais para a vida e o mundo do trabalho, considerando a diversidade do campo pernambucano e nordestino, nos aspectos culturais, das lutas sociais e de sua população, pautado numa “educação comprometida com as transformações sociais a partir dos princípios da agroecologia” e no compromisso com a formação de educadores/as críticos/as e comprometidos/as com a transformação do cenário da sociedade, para além das oportunidades de trabalho.

Em toda essa ebulição de sonhos, ideias e reflexões que vem orientando o repensar do curso de LCA, a sua aproximação com um rural até pouco tempo invisibilizado e os processos de ensino-aprendizagem que permeiam os espaços de formação adotados por seus/suas educadores/as, ressalto a valiosa contribuição do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), cuja pesquisa e extensão encontram-se, dialogam e colaboram com o ensino no Curso de LCA.

Essa integração permite a compreensão de que a criação do NAC, na UFRPE e a incansável busca pela visibilidade do rural pernambucano, com sua diversidade cultural, social, política, econômica e ambiental, reconhecendo e valorizando a população do campo como detentoras de saberes, tem um papel ímpar na reformulação do Curso de LCA, envolvendo desde a construção das suas bases conceituais e políticas até a sua prática pedagógica. Dessa maneira, a partir da necessidade de estabelecer um diálogo com as expressões do rural pernambucano, fomos incentivados/as pelo professor da disciplina Educação Agrícola e Sociologia Rural, durante o 1º semestre do Curso LCA, a desenvolver atividades para além dos limites da sala de aula e a participar da I Jornada dos Povos



Pernambucanos, a fim de conhecer os diferentes povos e movimentos sociais que participaram do evento.

Para isso, foi construído em sala de aula, de forma participativa, um roteiro semiestruturado com as principais questões a serem observadas. Nossa turma de dez educandos/as foi dividida, por livre escolha, para participar das instalações com a tarefa de observar a dinâmica ali desenvolvida e sistematizar algumas informações. De acordo com a Carta da Jornada (NAC, 2014), participaram do evento cerca de duzentos agricultores/as familiares e camponeses/as, mulheres, quilombolas, assentados/as, povo indígena Xukuru, povos de terreiro, estudantes, educadores/as, técnico/as, representantes e assessores/as dos movimentos sociais, gestores/as públicos e consumidores/as, de várias regiões do Estado.

A metodologia da Jornada permitiu aos/as participantes vivenciar um espaço de socialização, troca de conhecimentos, integração e articulação entre o saber técnico-científico e os saberes populares. Ao mesmo tempo, colocou o saber dos povos, ali presentes, como catalizador e protagonista das reflexões acerca do tema da Jornada. Esta atividade vai ao encontro de um dos objetivos específicos da PNATER (2014, p.10): “Promover a valorização do conhecimento e do saber local e apoiar os agricultores familiares e demais públicos da extensão rural, no resgate de saberes capazes de servir como ponto de partida para ações transformadoras da realidade”.

Aqui faço um destaque para o esforço dos/as educadores/as do Curso de LCA que, quase em sua totalidade, utilizam a construção coletiva dos conhecimentos e a interdisciplinaridade a partir dos saberes dos/as educandos/as em sala de aula e em outros espaços de aprendizagem, a exemplo das visitas de campo, intercâmbios e outros. Tendo sempre a preocupação do respeitar e valorizar o saber local.

Durante a Jornada aconteceram seis instalações artístico pedagógicas que contaram com a representação do Povo Xukuru, mulheres agricultoras, assentados/as da reforma agrária, acampados/as, quilombolas e Povos de Terreiro do Candomblé e Umbanda, revelando as

(...) distintas identidades socioculturais da agricultura familiar, camponesa, indígena e das comunidades tradicionais de terreiro do Estado de Pernambuco e suas



contribuições para a produção de alimentos, refletindo sobre os diferentes modos de plantar, colher, compartilhar, comer e curar. (CARTA DA JORNADA DO ANO INTERNACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR, CAMPONESA E INDÍGENA DE PERNAMBUCO, 2014, p. 2).

A carta da Jornada expressa ainda o compromisso destes/as camponeses/as “com a produção de alimentos saudáveis, numa perspectiva de sustentabilidade para os seus territórios e para o país”.

Nesse contexto, como educanda do Curso de LCA e movida pelo interesse e curiosidade, a partir da minha experiência com a ATER pública, escolhi participar da vivência com o Povo de Terreiro, como representada na Figura 1. São experiências como esta que me suscita e motiva a considerar que a ATER proposta pela PNATER ainda tem muitos caminhos a percorrer e que o Curso de LCA tem muito a contribuir.

A instalação artístico pedagógica do Povo de Terreiro levou os/as participantes aos conhecimentos básicos sobre as religiões de matrizes africanas e as suas relações com a natureza, a alimentação e a cura; contribuiu para a visibilidade de uma cultura marcada pelo preconceito que resiste e se propaga por meio da oralidade e promoveu a reflexão de que são os/as mais velhos os/as detentores/as da sabedoria que fundamenta a cultura do seu povo, passada de geração em geração, apesar de todas as forças contrárias à sua perpetuação.

Sobre isso, Carvalho (2011, p. 51-58) esclarece que a rede complexa e ampla que compõe a economia do Povo de Terreiro foi construída no Brasil “sem nenhum apoio estatal e sem que nenhum segmento social em posição de poder ou de acesso a conhecimentos especializados (como as universidades, por exemplo) pudesse apoiar, ou assessorar os adeptos das religiões de matriz africana”, a partir da escravização dos/as negros/as, condição reconhecida como uma das piores que já existiu na história da humanidade.

O autor pondera ainda, que é nos terreiros onde se materializa a “perspectiva universalista, inclusiva, agregadora e aberta” para a preservação das suas tradições, pois “há lugar para todos, existe abrigo para todos, comida para todos, ocupação e trabalho para todos, respeito para todos, porque todos





os seres humanos têm um *ori*<sup>2</sup> e todo *ori* tem seus orixás de guia”; que a “relação dos terreiros com a terra e com a água é constitutiva e constante, e essa relação é sempre ambientalmente correta: respeitosa, preservacionista, amorosa e cuidadosa”.

Seguindo um caminho inverso à lógica hegemônica, os terreiros, segundo Carvalho (2011),

(...) são um grande exemplo de resistência ao padrão simplificador e redutor de vida que a ambientalista indiana Vandana Shiva, denomina de “monocultura da mente”: a introjeção de bens produzidos em série, estereotipados e reduzidos em sua variedade como é a monocultura do agronegócio de escala transnacional (CARVALHO, 2011, p. 51).

A experiência com a instalação pedagógica e as fundamentações teóricas que a envolvem, levam-me a reconhecer o Povo de Terreiro como mantenedor e reproduzidor de conhecimentos que se aproximam da agroecologia enquanto uma ciência integradora de diversos conhecimentos, visto que é um Povo que tem uma compreensão sistêmica e holística da sua relação com a natureza, diferentemente da visão segmentada propagada pelo conhecimento científico ocidental.

Ao considerar a realização da Jornada, um processo pedagógico ancorado na educação não-formal, cabe inserir aqui um diálogo com a PNATER. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) encontra seu fundamento e se edifica a partir da crítica às consequências negativas do modelo extensionista baseado na “Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da ‘Revolução Verde’”, que têm na crise socioambiental contemporânea a sua reflexão (CAPORAL, 2015, p. 145).

Para este autor (p. 152), a extensão rural, no contexto difusionista, é considerada como uma intervenção, de natureza pública ou privada, realizada no espaço rural e por pessoas externas ou do próprio local, voltada a provocar mudanças “no processo agrossilvopastoril, ou em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada”.

A nova ATER pública, preconizada pela PNATER, pressupõe um/a extensionista que se comprometa com os impactos gerados pelo seu trabalho e que este/a esteja centrado em

---

<sup>2</sup> *Ori*, segundo Manuela (2012), “é o deus portador da individualidade de cada ser humano. Representa o mais íntimo de cada um, o inconsciente, o próprio sopro de vida em sua particularização para cada pessoa. *Ori* mora dentro das cabeças humanas, tornando cada um aquilo que é”.



(...) uma práxis que respeite os diferentes sistemas culturais, contribua para melhorar os patamares de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas, a conservação e recuperação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, assegure a produção de alimentos limpos, com melhor qualidade biológica e acessíveis ao conjunto da população. (PNATER, 2004, p. 6).

Ainda de acordo com Caporal (2015, p. 149 apud CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A., 2001), o eixo central dessa nova ATER encontra seu sentido na agroecologia, pois ela aporta os elementos necessários para o manejo dos recursos naturais e a construção de processos de intervenção social ancorados na participação e coletividade, em que o conhecimento local e o científico proporcionem “a implementação de agriculturas alternativas potencializadoras da biodiversidade ecológica e da biodiversidade sociocultural”. Dessa maneira, a dimensão e o saber local constituem a sustentação do “potencial endógeno” para a construção do desenvolvimento rural sustentável.

Caporal (2015, p. 56 apud ITURRA, 1993), comenta que o saber local dos camponeses e camponesas se estabelece na “rede social” que interliga o ambiente doméstico e de trabalho, onde a “conduta reprodutiva rural” é produto da construção dos conhecimentos a partir das relações entre “pessoas, ambiente e suas interações” e não do conhecimento sistematizado em publicações científicas. Nesse sentido, a prática extensionista deve favorecer uma relação social permeada pela “aprendizagem e ação participativas”, reconhecendo o saber local como pressuposto fundamental para a sustentabilidade que se deseja.

Essas ponderações encontram ressonância nas observações de Machado (2014, p. 311) quando este afirma que o estudo constante está subentendido à capacidade do/a novo/a extensionista, pois este/a “deverá ter uma sólida formação diversificada, holística, que lhe permita entender os processos naturais e atuar em harmonia com eles, com a finalidade de produzir alimentos limpos e em escala humana” e que através do diálogo horizontal com o/a camponês/a, ocupe o lugar de um/a portador/a de conhecimentos acerca das contemporâneas pesquisas agroecológicas.

A PNATER, por sua vez, estabelece como missão dos serviços públicos de Ater

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de



metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (PNATER, 2004, p. 9).

Sem pretender esgotar as questões apresentadas acima, reconheço a relevância da Licenciatura em Ciências Agrícolas na formação de educadores/as formais e não-formais, tendo nestes últimos a representação do/a extensionista preconizado/a pela PNATER, comprometido/a com a construção dos conhecimentos com ênfase na agroecologia.

### **3. Diálogo com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia**

Ao me deparar com a Jornada dos Povos Pernambucanos, a despeito de minha formação acadêmica e empírica, tive a oportunidade de ampliar a compreensão sobre a diversidade e complexidade dos povos rurais de Pernambuco, nas suas diversas nuances - cultural, política, social e ambiental. Ao mesmo tempo, reconheço a Jornada como espaço de aprendizagem que se harmoniza com as concepções metodológicas e sociopolíticas do Curso de LCA quando trata dos processos educativos.

A Instalação Pedagógica como estratégia didática elucidada, na prática, que é possível estabelecer a construção de conhecimento de forma horizontal entre o/a agricultor/a e o/ técnico/a, como sugere uma das orientações estratégicas para as ações de ATER pública da PNATER, qual seja:

Promover abordagens metodológicas que sejam participativas e utilizem técnicas vivenciais, estabelecendo estreita relação entre teoria e prática, propiciando a construção coletiva de saberes, o intercâmbio de conhecimentos e o protagonismo dos atores na tomada de decisões. (PNATER, 2004, p. 11).

Nesse sentido, como sugere Caporal (2015, p. 216), a nova ATER deve “buscar seu modelo teórico-pedagógico no construtivismo”, cuja referência central é reconhecer que o homem e a mulher agricultores/as são portadores/as de conhecimentos que devem ser admitidos e valorizados no “mundo do saber”, e, portanto, devem ser integrados como fundamentos de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável que tenha como base os princípios da Agroecologia.





Assim, crédito ao Curso de LCA, por meio de seus processos de aprendizagem para a formação de educadores/as, o esforço de desvelar e discutir o rural pernambucano com suas diversas culturas e gentes que produzem e reproduzem costumes e saberes, e que devem ser considerados em um processo dialógico de construção de conhecimento na perspectiva de uma Extensão Rural Agroecológica.

#### 4. Considerações finais

Uma questão que vale aqui ser colocada é que a ATER poderia ser considerada um processo educativo não-formal. Deste modo, os cursos das Ciências Agrárias deveriam, em princípio, introduzir em sua grade curricular disciplinas que ancorem conceitualmente a educação não-formal e os processos de ensino-aprendizagem necessários para atender o rural que trata a PNATER. Dito isto, cabe um processo longo de adequação e reforma dos currículos dos cursos das agrárias e uma compreensão alargada dessa necessidade por parte da comunidade escolar.

A vivência, ocorrida logo no meu primeiro semestre do Curso de LCA, entre outras que vieram a seguir, foi um marco para confirmar o quão distante estão os cursos das Ciências Agrárias da ATER pública e, até mesmo, da população rural, da compreensão e reconhecimento da diversidade e saberes existentes no campo, e como estes podem contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, tendo a agroecologia como recorte científico. Tal mirada nos indaga ainda sobre quais os perfis dos técnicos/as, educadores/as que devem atuar nos processos de assessoria técnica com a diversidade de povos descrita aqui nesse artigo e que participou da I Jornada dos Povos de Pernambuco? Potencialmente os profissionais que desenvolvem uma visão crítica e comprometida com as mudanças necessárias à verdadeira promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural e não aqueles e aquelas que sejam adeptos de uma pedagogia que amordaça e inibe a ação educativa.

#### Referências

CARVALHO, J. J. *A economia do axé: os terreiros de religião de matriz afro-brasileira como fonte de segurança alimentar e rede de circuitos econômicos e comunitários*. In: ARANTES L. L.,



RODRIGUES M. (organização). Alimento: Direito Sagrado. Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011.

CAPORAL, F. R. *Bases para uma nova Ater pública*. In: CAPORAL, F. R. (coord) Extensão Rural e Agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Bagaço Designe Ltda. Recife/PE, 2015.

\_\_\_\_\_. *Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: Um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita para a agricultura familiar*. In: CAPORAL, F. R. (coord) Extensão Rural e Agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Bagaço Designe Ltda. Recife/PE, 2015.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. *Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia*. In: CAPORAL, F. R. (coord) Extensão Rural e Agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Bagaço Designe Ltda. Recife/PE, 2015.

MACHADO, L. C. P. *As inadiáveis responsabilidades de pesquisa in Dialética da agroecologia*. Expressão Popular, São Paulo/SP, 2014.

TAVARES DE LIMA, J. *Caminhos percorridos. Caminhos a percorrer. 50 anos do Departamento de Educação da UFRPE*. Recife/PE, 2015, 12 p.

UFRPE. *Proposta de Reformulação do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas*. DEd/Coordenação da Licenciatura em Ciências Agrícolas. Recife/PE 2004, 31 p. (documento de circulação interna).

UFRPE. *Reformulação Curricular da Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE – Por onde vamos? – A formação do educador do campo em questão*. DEd/Coordenação da Licenciatura em Ciências Agrícolas. Recife/PE, 2016, 13 p. (documento de circulação interna).

NÚCLEO DE AGROECOLOGIA E CAMPESINATO; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, GT CAMPESINATO E SOBERANIA ALIMENTAR; COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFRPE. *Carta da Jornada do Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena de Pernambuco: Povos de Pernambuco – Diversidade, Território e Soberania Alimentar*. Editora Universitária da UFRPE. Recife/PE, 2014.

SILVEIRA, H. *Tradição de Matriz Africana ou Povo de Terreiro: há diferenças?* Disponível em: <<http://orumilaia.blogspot.com.br/2016/02/tradicao-de-matriz-africana-ou-povo-de.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017.



MANUELA. *Ori*. Disponível em: <<https://ocandomble.com/2012/04/27/ori/>>. Acesso em 02 fevereiro de 2017.

## ANEXO



**Figura 1.** Instalação Povo de Terreiro. UFRPE, 2014.  
**Fonte:** Arquivos da autora.